



ESNA – Europe Startup Nations Alliance, Associação

Consulta Prévia CPG n.º 05/2024 - Aquisição de serviços especializados de consultoria para “Desenvolvimento de um catálogo digital das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups”

---

## CADERNO DE ENCARGOS

---

## Caderno de Encargos

«Aquisição de serviços especializados de consultoria para “Desenvolvimento de um catálogo digital das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups” – CPG n.º 05/2024»

### CLÁUSULAS JURÍDICAS

#### Capítulo I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

##### Cláusula 1.ª – Objeto e âmbito

1. O presente Caderno de Encargos abrange as cláusulas a inserir no contrato a celebrar no âmbito da Consulta Prévia para a aquisição de serviços especializados de consultoria para “Desenvolvimento de um catálogo digital das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups” – CPG n.º 05/2024, em cumprimento das especificidades definidas na Cláusula 23.ª.
2. A prestação de serviços objeto do contrato a celebrar enquadra-se no âmbito financiamento do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito da Componente C16-i02, Transição Digital das Empresas, nos termos da Orientação Técnica n.º 06/C16-i02/2022. Para o desenvolvimento dos projetos previstos na Orientação Técnica n.º 06/C16-i02/2022, e que correspondem à materialização dos objetivos e metas que se pretendem alcançar neste domínio através dos apoios concedidos ao abrigo do PRR, a Startup Portugal – Associação Portuguesa para a promoção do Empreendedorismo – SPAPPE e a ESNA constituíram um consórcio externo.
3. O Adjudicatário tem cabal conhecimento do objeto do contrato a celebrar, não podendo, como tal e em situação alguma, invocar desconhecimento sobre o mesmo, para atenuar ou se eximir da responsabilidade que tem na perfeita execução da prestação.

##### Cláusula 2.ª - Prazo

A prestação de serviços objeto do contrato a celebrar iniciar-se-á na data de celebração do contrato e terminará quando tiverem decorrido 110 (cento e dez) dias desde a data de celebração do contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

### Cláusula 3.ª - Preço Base

O preço máximo que a ESNA se dispõe a pagar pela prestação de serviços especializados objeto do presente caderno de encargos é de € 74.000,00 (setenta e quatro mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

### Cláusula 4.ª - Disposições por que se rege o Contrato e regras de interpretação dos documentos que regem o Contrato

1. A execução do Contrato obedece:
  - a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
  - b) Ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (“CCP”);
  - c) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
  - d) Às regras da arte.
2. Para os efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:
  - a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP;
  - b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela ESNA nos termos do disposto no CCP;
  - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao presente Caderno de Encargos;
  - d) O presente Caderno de Encargos;
  - e) A proposta adjudicada;
  - f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário;
  - g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou neste Caderno de Encargos.

3. A ESNA pode, em qualquer momento, exigir do Adjudicatário a comprovação do cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.
4. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 supra, prevalecem os documentos pela ordem em que aí são indicados.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 supra e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
6. As dúvidas que o Adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege o contrato devem ser submetidas à ESNA antes do início da execução do contrato.
7. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução do contrato, deverá o Adjudicatário submetê-las, imediatamente, à ESNA juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

#### **Cláusula 5.ª – Gestor do contrato**

A entidade adjudicante designa como Gestor do Contrato Sebastião Namorado Rosa Viegas Ribeiro, Junior Manager da área Network & Strategic Initiatives na ESNA, para promover o devido acompanhamento permanente da execução do contrato, nos termos do previsto no artigo 290.º-A do CCP.

### **Capítulo II OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

#### **Cláusula 6.ª - Obrigações do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, da celebração do contrato decorrerão para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a) Prestar os serviços objeto do Contrato a celebrar de acordo com as cláusulas técnicas fixadas no presente Caderno de Encargos de modo diligente, de acordo com as melhores técnicas, práticas e normas da indústria, exigíveis a profissionais experimentados e qualificados, de modo a executar o Contrato de acordo com os documentos patenteados e a sua proposta;
  - b) Apresentar, nos prazos fixados para o efeito, os entregáveis melhor descritos na Cláusula 24.ª;

4

- c) Cumprir as condições fixadas para a execução do trabalho;
  - d) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
  - e) Proceder à entrega dos trabalhos correspondentes à prestação do serviço, de acordo com os prazos contratualizados;
  - f) Prestar as informações e esclarecimentos que forem solicitadas pela ESNA;
  - g) Realizar todos os trabalhos, nas condições de prazo e preço contratados;
  - h) Proceder às alterações que venham a ser necessárias introduzir, nos termos da Cláusula 8.ª.
2. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das prestações a seu cargo.

#### Cláusula 7.ª – Preço e Condições de pagamento

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, a ESNA pagará ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, a qual constitui parte integrante do Contrato a celebrar, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à ESNA, para evitar dúvidas, entre os custos, encargos e despesas da responsabilidade do Adjudicatário, incluem-se, sem limitar, todas as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos associadas à prestação dos serviços.
3. O pagamento do preço referido no número 1, desta Cláusula 7.ª, será efetuado da seguinte forma:
  - a) 30% depois da aceitação do entregável E1;
  - b) 20% depois da aceitação do entregável E2;
  - c) 50% depois da aceitação do entregável E3.
4. Os pagamentos devidos pela ESNA, nos termos do número anterior, deverão ser efetuados no prazo de 60 (sessenta) dias contados da receção da respetiva fatura que deve ser acompanhada dos elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. Em caso de discordância por parte da ESNA quanto ao valor indicado na fatura deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas serão pagas através de Transferência Bancária, para a conta a indicar pelo Adjudicatário.
6. O preço base do procedimento é de € 74.000,00 (setenta e quatro mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a ESNA se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
7. Sem prejuízo de não ter sido exigida a prestação de caução, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, a ESNA, sempre que considerar conveniente, em situações resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais a que o mesmo está vinculado, poderá proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP.
8. No contrato a celebrar não haverá direito a revisão de preços.
9. Não haverá lugar a adiantamentos nem a prémios por cumprimento antecipado.
10. Todas as despesas decorrentes da elaboração da proposta e da execução do respetivo contrato, dos seguros exigidos bem como quaisquer outros encargos decorrentes da execução do contrato, incluindo, sem limitar, custos de transporte, de alfândega, ensaio e testes, licenças, etc., são da responsabilidade do Adjudicatário, e estão incluídos no preço contratual, não existindo direito a pagamentos e indemnizações, a qualquer título, pela realização das referidas despesas.

#### **Cláusula 8.ª – Aceitação dos Entregáveis**

1. O Adjudicatário fica obrigado à apresentação de 3 (três) entregáveis, nos termos e acordo com as condições, melhor descritas nas Cláusulas 23.ª a 26.ª, do presente Caderno de Encargos.
2. Mediante a apresentação dos entregáveis (quer nas suas versões preliminares, quer nas suas versões finais, conforme aplicável) a que se refere o número anterior, a ESNA deverá no prazo de 10 (dez) dias pronunciar-se relativamente à conformidade dos trabalhos com as condições contratuais ou pela necessidade de complemento ou de alterações ao conteúdo dos mesmos; se a ESNA concluir pela sua conformidade, deve-se considerar que estes foram aceites, por outro lado, se a ESNA concluir pela sua não conformidade ou pela necessidade de complemento ou de alterações ao conteúdo dos mesmos, o Adjudicatário fica obrigado a introduzir as alterações identificadas pela ESNA, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data em que tal lhe tenha sido comunicado pela ESNA; e, relativamente a estes, após receção da(s) versão(ões) corrigida(s) pelo Adjudicatário.
3. A ESNA verificará se pode ou não haver lugar à sua aceitação no prazo de 10 (dez) dias.

6

4. No caso em que não se encontrem reunidas as condições de aceitação, o Adjudicatário fica obrigado a repetir o procedimento previsto nesta Cláusula 8.ª até que tal aceitação seja possível, sem prejuízo das penalidades contratuais a aplicar.

#### **Cláusula 9.ª - Penalidades**

1. Se o Adjudicatário não realizar a prestação dos serviços nos prazos previstos no contrato a celebrar, acrescido das prorrogações graciosas ou legais a que eventualmente haja lugar, a ESNA poderá aplicar-lhe, até à conclusão da prestação dos serviços ou até à resolução do contrato, uma multa calculada à razão diária de 2,0 % (dois por mil) do valor total do contrato.
2. Se o valor acumulado das penalidades previstas na presente Cláusula 9.ª for igual ou superior 20% (vinte por cento) do preço contratual a ESNA poderá resolver o contrato.
3. Nos casos em que seja atingido o limite referido no número anterior e a ESNA decida não proceder à resolução do contrato por dela resultar grave dano para o interesse público em causa, o limite do valor agregado das sanções contratuais é elevado para 30% (trinta por cento).
4. A aplicação de penalidades está sujeita a audiência prévia do Adjudicatário.
5. A aplicação de penalidades referidas no número anterior não prejudica o direito da ESNA de ser ressarcida nos termos gerais de direito pelos prejuízos causados pelo incumprimento do Adjudicatário.

#### **Cláusula 10.ª – Força maior**

1. A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de uma parte do contrato que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade de tal parte, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar não será havido como incumprimento contratual por essa parte (e tratando-se do Adjudicatário tampouco lhe podem ser impostas penalidades nos termos da Cláusula 9.ª).
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais, regulamentares ou sectoriais;
  - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a atos de sabotagem perpetrados por terceiros em relação ao Adjudicatário;
  - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 11.ª Resolução do contrato pela ESNA

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 333.º, do CCP, a ESNA pode resolver o contrato, a título sancionatório e mediante comunicação escrita, nos seguintes casos:
- a) Nos termos do n.º 2, da Cláusula 9.ª;
  - b) Se em relação ao Adjudicatário se declarar falência ou insolvência ou, se requerer a abertura de um processo especial de recuperação de empresas ou processo equivalente em qualquer jurisdição relevante, ou se qualquer uma destas medidas for requerida por terceiros, se for executado judicialmente ou se, por qualquer forma livremente apreciada pela ESNA, se der azo à interrupção da sua atividade comercial ou à diminuição das suas garantias de solvabilidade;
  - c) Se for aprovada ou decidida em assembleia geral da Adjudicatária (incluindo por deliberação unânime por escrito, nos termos do artigo 54.º, do Código das Sociedades Comerciais), ou no decurso de um processo judicial, a dissolução e/ou liquidação do Adjudicatário;
  - d) Se o Adjudicatário deixar de cumprir qualquer uma das suas obrigações fiscais e perante a Segurança Social;



- e) A omissão ou inexactidão na informação fornecida e a fornecer à ESNA, ao abrigo do contrato;
  - f) Se o Adjudicatário violar, de forma grave ou reiterada, quaisquer das obrigações assumidas ao abrigo do contrato.
2. Nos casos previstos na alínea f) do número anterior da presente Cláusula, a ESNA informará o Adjudicatário de um prazo razoável para cumprir as obrigações em falta, findo o qual poderá, desde que assegurado o direito de audiência prévia, resolver o contrato.
  3. Para além da faculdade de resolução do contrato nos termos previstos nos números anteriores, a ESNA poderá reclamar uma indemnização pelos danos e perdas sofridas em virtude do incumprimento do contrato pelo Adjudicatário.

#### **Cláusula 12.ª – Resolução por parte do Adjudicatário**

O Adjudicatário tem direito a resolver o Contrato nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.

#### **Cláusula 13.ª - Dever de sigilo**

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica ou não técnica, comercial ou outra, que lhe for fornecida, ou de que este tenha conhecimento, no âmbito da execução do contrato reveste-se de confidencialidade, ficando aquele impedido de a divulgar, transmitir, por qualquer forma, a terceiros, nem podendo a mesma ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta ou exclusivamente à execução do contrato.
2. O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da ESNA.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **Capítulo III CAUÇÃO E SEGUROS**

### **Cláusula 14.ª - Caução**

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

### **Cláusula 15.ª - Seguros**

É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos relativos à prestação de serviços.

## **Capítulo IV DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 16.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. Nos termos e para os efeitos dos artigos 318.º e 318.º-A, do CCP, não é permitida a cessão da posição contratual.
2. É admitida a subcontratação de determinadas prestações contratuais, desde que prévia e expressamente autorizada pela ESNA, em respeito aos limites fixados nos artigos 317.º e seguintes do CCP.

### **Cláusula 17.ª – Tratamento dos dados pessoais**

1. Ambas as partes do contrato a celebrar comprometem-se a tratar os dados pessoais a que tenham acesso ou que sejam transferidos no âmbito da prestação de serviços em estreito cumprimento com toda e qualquer legislação e regulamentos atinentes à proteção de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais (“RGPD”), a Lei n.º 58/2019 que executa o RGPD na ordem jurídica nacional, e demais leis ou orientações das autoridades reguladoras competentes (“Lei de Proteção de Dados”).
2. No âmbito das atividades de tratamento de dados pessoais que decorram diretamente da prestação de serviços, o Adjudicatário compromete-se a:
  - a) Tratar os dados pessoais de forma lícita e com respeito pelo princípio da boa-fé, utilizando-os exclusivamente para as finalidades resultantes do contrato, não podendo ser posteriormente tratados de forma incompatível com tais finalidades;
  - b) Implementar as medidas técnicas e organizativas para proteger os dados de destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizado, bem como de qualquer outra forma de tratamento ilícito;

- c) Comunicar de imediato à ESNA quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
3. O Adjudicatário obriga-se a manter estritamente confidenciais os dados pessoais, sendo responsável pela confidencialidade e utilização dos dados pessoais por parte de todos os profissionais que integram a Equipa do Projeto, independentemente da natureza do vínculo contratual que com eles tenha.
  4. No caso de haver perda ou dano de dados no âmbito da execução do contrato, por causas imputáveis ao Adjudicatário, este compromete-se a adotar as medidas que forem necessárias para recuperar os dados, sem quaisquer custos adicionais para a ESNA.
  5. O Adjudicatário obriga-se a ressarcir a ESNA por todos os prejuízos em que esta venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita dos dados referidos, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados contra a ESNA, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

#### **Cláusula 18.ª – Direitos de Propriedade Intelectual**

1. O Adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato a celebrar e melhor descritos na Cláusula 23.ª de acordo com o estabelecido no presente Caderno de Encargos.
2. O Adjudicatário declara e reconhece expressamente que todos os direitos patrimoniais de autor e de propriedade industrial (incluindo mas não se limitando a patentes; pedidos de patentes; marcas e pedidos de marcas; segredos comerciais; desenhos industriais, arquitetónicos e artísticos, registados ou não registados; direitos sobre bases de dados; direitos sobre software; e todos os direitos de propriedade intelectual reconhecidos por lei em qualquer parte do mundo) relativos aos conteúdos produzidos e criados pelo Adjudicatário pertencerão ab initio à ESNA, sem prejuízo dos direitos morais que possam ficar reservados aos profissionais do Adjudicatário que integram a equipa alocada à execução de todos os serviços a prestar no âmbito do contrato a celebrar (“Equipa do Projeto”), caso em que este declara e reconhece expressamente que a ESNA está devidamente autorizada a efetuar as modificações que esta considerar convenientes na máxima extensão possível da lei aplicável.
3. Em caso de vir a ser reconhecido em qualquer território um direito patrimonial de autor ou de propriedade industrial ao Adjudicatário relativo aos conteúdos produzidos e criados ao abrigo do contrato a celebrar, o mesmo compromete-se a transferir esse direito à ESNA, ou, caso não seja possível, o Adjudicatário compromete-se a licenciar à ESNA o mencionado direito, mediante a concessão de uma licença exclusiva, gratuita, mundial e pelo tempo de duração do direito em causa.
4. O Adjudicatário compromete-se a não registar e a não usar (e relativamente a este último, salvo no âmbito da prestação de serviços objeto do contrato a celebrar) as expressões

“ESNA” e/ou “Europe Startup Nations Alliance” ou quaisquer outras expressões semelhantes em qualquer território.

5. O Adjudicatário compromete-se a respeitar e preservar o bom nome e a reputação da ESNA.

### Cláusula 19.ª – Comunicações e notificações

1. Qualquer notificação, incluindo qualquer forma de comunicação entre as partes ao abrigo ou em relação com o contrato, deverá ser:
  - a) Por escrito e em português, salvo disposição expressa em contrário;
  - b) Entregue ou enviada por carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico para a parte relevante, para a seguinte morada ou endereço(s) eletrónico(s) ou para outra morada ou outro(s) endereço(s) eletrónico(s) que essa parte possa vir a comunicar à outra parte nos termos da presente Cláusula 19.ª (considerados como o domicílio convencionado das partes para todos os efeitos legais):
    - (i) ESNA:  
Ao cuidado de: [●]  
Avenida da República n.º 79 A, 1069-218 Lisboa, Portugal  
E-mail: [procurement@esnalliance.eu](mailto:procurement@esnalliance.eu)  
C/C: [●]
    - (ii) Adjudicatário:  
Ao cuidado de: [●]  
[morada]  
E-mail: [●]  
C/C: [●]
2. As notificações serão consideradas efetivas (a) se entregues em mão no endereço da parte relevante, no momento da entrega; (b) se enviadas por correio para o endereço da parte relevante, às 9h30 do 2.º (segundo) Dia Útil (sendo “Dia Útil” um dia, que não seja sábado, domingo ou feriado em Portugal, em que os bancos estejam abertos para o expediente bancário geral na cidade de Lisboa) após a data de envio, no caso de correio interno, e às 9h30 do 5.º (quinto) Dia Útil após a data de envio, no caso de correio internacional; e (c) se enviado por correio eletrónico para o endereço de correio eletrónico da parte relevante, no momento em que o remetente concluir a transmissão. Se, nos termos das disposições anteriores, uma comunicação for considerada como tendo sido entregue após o horário normal de expediente no local de receção (das 9h30 às 17h30 de um Dia Útil) no fuso horário do território do destinatário, considera-se que foi recebida às 9h30 do Dia Útil seguinte no território do destinatário.
3. Qualquer alteração aos domicílios convencionados nos termos do número 1, desta Cláusula 19.ª, deve ser comunicada à outra parte, por escrito e com uma antecedência mínima de 30

12

(trinta) dias.

#### **Cláusula 20.ª – Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriado.

#### **Cláusula 21.ª – Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no CCP.

### **Capítulo V**

#### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **CLÁUSULAS TÉCNICAS**

#### **Cláusula 22.ª – Enquadramento**

1. O Programa de Recuperação e Resiliência (“PRR”) define um conjunto de investimentos e reformas que devem contribuir para as seguintes dimensões: resiliência, transição climática e transição digital. A Componente 16 (C16) – Empresas 4.0, integrada na Dimensão da Transição Digital, decorre do Plano de Ação para a Transição Digital (PATD) que é a reforma que lhe está subjacente.
2. As iniciativas inseridas nesta Componente 16 concretizam uma oportunidade de resposta ao desafio da Transformação Digital, envolvendo, desde logo, múltiplas áreas setoriais, nomeadamente a Economia e Transição Digital, Emprego, Internacionalização e Modernização do Estado, bem como os investimentos na Capacitação Digital das Empresas.
3. Um desses principais objetivos compreendeu o posicionamento internacional no ecossistema empreendedor e a articulação com as estruturas europeias ligadas ao empreendedorismo, o que passou precisamente pela criação da ESNA, estrutura europeia para o empreendedorismo, com localização em Portugal, e um marco incontornável na estratégia de transição digital do país, ao fazer de Lisboa a capital europeia do empreendedorismo.
4. A ESNA é uma entidade de âmbito europeu cujo principal objetivo estratégico é a criação de condições de excelência para a aceleração do empreendedorismo europeu, particularmente através do desenvolvimento de um ecossistema favorável à constituição, crescimento, investimento e financiamento de start-ups e aceleradores europeus.
5. Para o desenvolvimento dos projetos previstos na Orientação Técnica n.º 06/C16-i02/2022 e que correspondem à materialização dos objetivos e metas que se pretendem alcançar neste domínio através dos apoios concedidos ao abrigo do PRR, a Startup Portugal – Associação Portuguesa para a Promoção do Empreendedorismo – SPAPPE e a ESNA constituíram um

consórcio externo.

6. Uma das suas missões é o acompanhamento, monitorização e reporte da implementação das melhores práticas para as 8 (oito) áreas previstas na Declaração pelos países signatários da mesma.
7. Tendo em vista a prossecução da sua missão, a ESNA pretende criar um catálogo digital das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups (“catálogo”) de referência, com vista a:
  - a) Proporcionar uma visão ampla, completa e precisa do ecossistema de start-ups e das melhores práticas implementadas nos países signatários da Declaração e em países terceiros;
  - b) Promover a partilha e análise crítica das melhores práticas em termos de políticas, estratégias e programas referentes ao ecossistema de start-up;
  - c) Permitir a melhoria das práticas implementadas nos países signatários da Declaração, através da análise comparativa de informação disposta em diagramas visuais e gráficos.
8. Nessa medida, cumpre reconhecer a necessidade da ESNA proceder à contratação de serviços especializados de consultoria para “Desenvolvimento de um catálogo digital das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups”.

#### Cláusula 23.ª – Descrição dos serviços a adjudicar

1. O objeto do contrato a celebrar consiste na aquisição de serviços especializados de consultoria para “Desenvolvimento de um catálogo digital das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups”.
2. A prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar consubstancia-se nas seguintes atividades e que se encontram-se descritas na tabela:

# Atividade	Descrição
A1	<p>Recolha, análise e sistematização das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups.</p> <p>Esta atividade integra, mas não se limita às seguintes subactividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Recolha e mapeamento de informação disponível em fontes externas e internas de políticas, práticas, estratégias e programas que constituam melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups numa perspetiva global;</li> </ol>

14

	<p>b) Suporte na preparação, organização e realização de uma consulta aos países signatários da Declaração, em termos a definir em conjunto com a ESNA, para identificação das suas melhores práticas referentes ao ecossistema de start-ups e aspetos chave no âmbito;</p> <p>c) Análise crítica da informação recolhida nas alíneas anteriores, sistematização, priorização e identificação de eventuais oportunidades de melhoria, se aplicável, nos diferentes tópicos relevantes.</p>
A2	<p>Produção de <i>roadmap</i> completo de implementação e de atualizações subsequentes, do catálogo digital das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups.</p> <p>Esta atividade integra, mas não se limita às seguintes subactividades:</p> <p>a) Realização de reuniões, discussões e sessões de brainstorming com as equipas correspondentes da ESNA para identificação e recolha de requisitos técnicos, e definição de soluções potenciais, nomeadamente no que respeita ao formato do catálogo a implementar e condições de acesso pelos países signatários da Declaração e por terceiros;</p> <p>b) Identificação dos requisitos técnicos, funcionais e gráficos necessários à implementação do catálogo, em conformidade com o definido na alínea anterior;</p> <p>c) Preparação de representações gráficas e diagramas UX/UI esperados na ótica do utilizador, para aplicação na fase de implementação;</p> <p>d) Preparação das configurações de <i>front-end</i> e <i>back-end</i> do <i>dashboard</i> para permitir uma utilização fácil e <i>user friendly</i>;</p> <p>e) Preparação do cronograma com a calendarização das atividades de implementação, identificação dos recursos materiais e humanos;</p>
A3	<p>Implementação do catálogo das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups.</p> <p>Esta atividade integra, mas não se limita às seguintes subactividades:</p> <p>a) Implementação do <i>roadmap</i> definido no âmbito da atividade A2;</p> <p>b) Acompanhamento e transferência de competências técnicas relevantes à equipa da ESNA;</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>c) Atualização do <i>roadmap</i> de implementação, com base nos inputs recolhidos no âmbito da sua implementação;</li> <li>d) Mapeamento das necessidades de atualização subsequentes e das principais tarefas inerentes, com identificação dos recursos necessários;</li> <li>f) Publicação no website da ESNA, assegurando a existência de uma versão longa e mais exaustiva bem como uma versão curta;</li> <li>g) Produção de manuais de utilizador do catálogo pelas tipologias de acesso definidos.</li> </ul>
--	---

3. Adicionalmente, o Adjudicatário deve assegurar a gestão do projeto (que corresponde a todos os serviços a prestar no âmbito do contrato a celebrar), transversal a todas as respetivas atividades, que inclua pelo menos as seguintes reuniões:

Reunião #	Detalhes
R1	<p>Reunião de <i>kick-off</i>, com os seguintes detalhes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Reunião a realizar remotamente via videoconferência ou presencialmente, em instalações a definir pela ESNA e pelo Adjudicatário;</li> <li>b) A realizar até duas semanas depois da assinatura do contrato;</li> <li>c) Agenda da reunião com os seguintes tópicos: <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Apresentação da equipa de projeto da ESNA e do prestador de serviços;</li> <li>(ii) Definição do plano de projeto e de metas;</li> <li>(iii) Agendamento das reuniões de ponto de situação recorrentes;</li> <li>(iv) Planeamento dos próximos passos do projeto.</li> </ul> </li> <li>d) Resumo dos tópicos relevantes discutidos na reunião e principais conclusões, a preparar pelo adjudicatário.</li> </ul>
R2	<p>Reuniões de ponto de situação recorrentes com a equipa de projeto, com os seguintes detalhes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Reunião a realizar remotamente via videoconferência ou presencialmente, em instalações a definir pela ESNA e pelo Adjudicatário;</li> <li>b) A realizar quinzenalmente, após a realização da reunião de <i>kick-off</i>;</li> <li>c) Agenda da reunião com os seguintes tópicos:</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Identificação do estado de desenvolvimento de cada atividade e verificação do ponto de situação do trabalho e respetivos prazos;</li> <li>(ii) Identificação dos riscos inerentes à execução do trabalho;</li> <li>(iii) Clarificação de eventuais dúvidas e questões;</li> <li>(iv) Planeamento e coordenação das tarefas a realizar.</li> </ul> <p>d) Resumo dos tópicos relevantes discutidos na reunião e principais conclusões, a preparar pelo adjudicatário.</p>
R3	<p>Reunião final com a equipa de projeto, com os seguintes detalhes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Reunião a realizar remotamente via videoconferência ou presencialmente, em instalações a definir pela ESNA e pelo Adjudicatário;</li> <li>b) A realizar após a conclusão da Atividade A3;</li> <li>c) Agenda da reunião com os seguintes tópicos: <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Apresentação do Entregável E3;</li> <li>(ii) Transferência de competências técnicas à equipa da ESNA;</li> <li>(iii) Revisão do progresso global.</li> </ul> </li> <li>d) Resumo dos tópicos relevantes discutidos na reunião e principais conclusões, a preparar pelo adjudicatário.</li> </ul>

#### Cláusula 24.ª – Entregáveis

- Na sequência da prestação dos serviços mencionados na Cláusula 23.ª, devem ser produzidos os entregáveis e obedecer aos respetivos requisitos mínimos constantes da tabela que se segue:

Entregável #	Requisitos mínimos
E1. Relatório exaustivo de análise e investigação das melhores práticas de mercado	<p>Este entregável E1 resulta da execução da atividade A1 identificada no n.º 2 da Cláusula 23.ª e deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Ter o seguinte conteúdo mínimo: <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Sumário executivo;</li> <li>b. Apresentação de políticas, práticas, estratégias, iniciativas e programas observados como melhores práticas relativas ao ecossistema de start-ups;</li> <li>c. Apresentação de oportunidades de melhoria nas melhores práticas identificadas;</li> </ul> </li> <li>(ii) Ser entregue em formato digital, editável e compatível com a ferramenta Microsoft Power Point (ou equivalente).</li> </ul>
E2. Roadmap de implementação	<p>Este entregável E2 resulta da execução da atividade A2 identificada no n.º 2 da Cláusula 23.ª e deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Ter o seguinte conteúdo mínimo:</li> </ul>

Entregável #	Requisitos mínimos
	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Plano de implementação e calendarização;</li> <li>b. Lista de requisitos e recursos materiais e humanos (FTE) necessários para o desenvolvimento do catálogo digital de melhores práticas do catálogo digital de melhores práticas;</li> <li>c. Sistematização de representações gráficas e diagramas na ótica do utilizador.</li> </ul> <p>(ii) Ser entregue em formato digital, editável e compatível com uma ferramenta do Microsoft 365 (ou equivalente).</p>
E3. Catálogo digital das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups e documentação de suporte	<p>Este entregável E3 resulta da execução da atividade A3 identificada no n.º 2 da Cláusula 23.ª e deverá</p> <p>(i) Ter o seguinte conteúdo mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Apresentação das melhores práticas identificadas por país, com exemplos concretos e seus resultados ou em forma de estudo de caso, sempre que possível;</li> <li>b. Quadros interativos que permitam a visualização em diferentes perspetivas, nomeadamente por país, melhor prática identificada e dados estatísticos relevantes na análise (dados macro, económicos dos países), contexto social.</li> <li>c. Elementos gráficos de visualização que permitam uma comparação por país e por prática apresentada.</li> </ul> <p>(ii) Ser entregue em formato digital e editável, a definir conjuntamente com a ESNA, compatível e passível de utilização e download com uma ferramenta do Microsoft 365 (ou equivalente);</p> <p>(iii) Ser acompanhado de documentação suporte, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Manuais de utilizador do catálogo pelas tipologias de acesso definidos (países signatários da ESNA, países terceiros) e de administrador (equipa da ESNA);</li> <li>b. Recomendações associadas às atualizações subsequentes;</li> <li>c. <i>Roadmap</i> de implementação atualizado com os inputs relevantes decorrentes da execução da atividade A3, caso se verifique necessário.</li> </ul>

2. Os entregáveis enunciados no número anterior devem ser produzidos (i) numa versão preliminar, em resultado do desenvolvimento das respetivas atividades que lhe estão inerentes, bem como, (ii) numa versão final.
3. Todos os entregáveis previstos nesta Cláusula 24.ª devem ser entregues à ESNA redigidos em inglês e em português.

### Cláusula 25.ª – Requisitos mínimos da Equipa do Projeto

1. A Equipa do Projeto deverá ser contemplar as seguintes áreas de especialização:
  - a) Um gestor de projetos, com experiência comprovada mínima de 5 (cinco) anos e no desenvolvimento de projetos com objeto semelhante ao do contrato a celebrar;
  - b) Um especialista com experiência comprovada mínima de 3 (três) anos no desenvolvimento de projetos de âmbito europeu na área de empreendedorismo/start-ups;
  - c) Um especialista com experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos na área de UX and Front End *Design*.
2. Os elementos que compõem a Equipa do Projeto, a par das habilitações supra, deverão possuir domínio (escrito e oral) da língua inglesa, uma vez que é a língua de trabalho na ESNA.
3. Os elementos da Equipa do Projeto, tal como indicados pelo Adjudicatário na respetiva proposta, não poderão ser alterados na execução do contrato, salvo se, previamente, a ESNA aceitar tal alteração, por se garantir que a substituição assegura o cumprimento dos requisitos fixados nos números anteriores desta Cláusula 25.ª.

### Cláusula 26.ª – Calendário

1. Os entregáveis identificados na Cláusula 24.ª, deverão ser apresentados de acordo com os seguintes prazos parcelares.

Entregável #	Prazo
E1. Relatório exaustivo de análise e investigação do mercado	Até 20 dias após a assinatura do contrato.
E2. <i>Roadmap</i> de implementação	Até 35 dias após a assinatura do contrato.
E3. Catálogo digital das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups e documentação de suporte	Até 80 dias após a assinatura do contrato.